

Refuncionalização do remanescente industrial na cidade do Rio de Janeiro

Repurposing of industrial remnants in the city of Rio de Janeiro

Silvia Borges Corrêa [1]

Resumo

Este artigo propõe reflexões sobre os processos de desindustrialização e de refuncionalização de antigas fábricas, estações ferroviárias e armazéns portuários, e seus impactos no tecido urbano a partir de levantamento e mapeamento dos remanescentes industriais na cidade do Rio de Janeiro. A pesquisa baseia-se em levantamento bibliográfico e documental, e as referências teóricas giram em torno dos conceitos de refuncionalização, patrimônio industrial e remanescentes industriais. Os resultados revelam que a maioria dos remanescentes refuncionalizados hoje possuem funções ligadas à cultura, à arte e ao consumo, e um quarto dos remanescentes encontram-se, atualmente, abandonados e sem função. Conclui-se que, apesar de certo descaso e abandono dessas instalações, existem oportunidades para pensar caminhos para a criação de novos usos para esses remanescentes.

Palavras-chave: remanescentes industriais; refuncionalização; desindustrialização; patrimônio industrial; Rio de Janeiro.

Abstract

This article proposes reflections on the processes of deindustrialization and repurposing of former factories, railway stations, and port warehouses, as well as their impacts on the urban space, based on a survey and a mapping of industrial remnants in the city of Rio de Janeiro. The study is grounded on bibliographical and documentary research, and the theoretical framework revolves around the concepts of repurposing, industrial heritage, and industrial remnants. The findings reveal that most repurposed remnants have functions related to culture/art and consumption, while a quarter of the industrial remnants are currently abandoned and without function. It is concluded that, despite the neglect and abandonment of these facilities, there are opportunities to devise pathways for creating new uses for these industrial remnants.

Keywords: industrial remnants; repurposing; deindustrialization; industrial heritage; Rio de Janeiro.



Introdução

Processos de intervenções urbanas (Leite, 2006), de reestruturação produtiva e de desindustrialização (Harvey, 2001, 2014), de estetização da vida cotidiana e de gentrificação (Featherstone, 1995) têm transformado regiões, cidades e bairros ao redor do mundo. No caso do Rio de Janeiro, esses processos se intensificaram no século XXI, em função da preparação da cidade para a realização de dois megaeventos esportivos: a Copa do Mundo Fifa de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. As intervenções e as mudanças levadas a cabo na região portuária do Rio são paradigmáticas,¹ no entanto, outras áreas da cidade receberam projetos de requalificação urbana que deixaram ainda mais evidente o processo de desindustrialização da capital do estado, intensificado a partir da década de 1970.

Como resultado do processo de desindustrialização no Rio de Janeiro, diversas instalações industriais ficaram abandonadas ou foram refuncionalizadas, passando a ser utilizadas como espaços criativos (coletivos de artistas, artesãos, designers, arquitetos), espaços culturais (museus, centros culturais, casas de espetáculos) ou espaços de consumo (*shopping centers*, supermercados, complexos de bares e restaurantes), ou foram convertidas em núcleos residenciais.

A refuncionalização, a partir da perspectiva de Santos (1985, 1998, 2002), é aqui entendida como um processo ou um procedimento por meio do qual uma nova função e uma nova racionalidade, que respondem a novas necessidades socioeconômicas, são atribuídas a um objeto urbano. Refere-se, assim, à adaptação de objetos urbanos aos usos e consumos

de dado momento histórico. A refuncionalização de fábricas, galpões, armazéns portuários e estações ferroviárias acontece no contexto da passagem da economia industrial para a economia pós-industrial, fortemente calcada nas indústrias criativas² e no setor de serviços.

O fenômeno da refuncionalização de instalações industriais é observado em cidades de várias partes do mundo, e, embora alguns dos casos mais conhecidos e estudados encontrem-se na Europa – como LX Factory, em Lisboa (Gabriel et al., 2013); Indústria Robinson, em Portoalegre (Pacheco, 2020); Palo Alto, em Barcelona (Oliveira, 2015); La Friche, em Marseille (Andres, 2011) – é um fenômeno que atinge cidades de países centrais e periféricos. No Brasil, existem alguns exemplos como o emblemático Sesc Pompeia, em São Paulo, com projeto arquitetônico de Lina Bo Bardi.

Fontes (2006, p. 2) lembra que “a preservação de espaços industriais, embora ainda em pequena escala, já é também uma realidade no Brasil” e cita experiências de refuncionalização bem-sucedidas, assim como mobilizações e iniciativas de movimentos sociais comunitários pela preservação de fábricas e vilas operárias na cidade de São Paulo. No Rio de Janeiro, essas experiências e mobilizações são mais escassas. São poucas as iniciativas no sentido da criação de organizações para estudos, pesquisas e mobilizações visando à preservação do patrimônio industrial, à articulação da sociedade civil, de entidades sindicais e empresariais, em busca de alternativas para a revitalização ou refuncionalização de patrimônio industrial como o Comitê Brasileiro de Preservação do Patrimônio Industrial.

Este artigo busca apresentar reflexões sobre os processos de desindustrialização e de refuncionalização de antigas fábricas, estações

ferroviárias, galpões, armazéns portuários e seus impactos no tecido urbano, a partir de levantamento e mapeamento dos remanescentes industriais da cidade do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro: da indústria aos serviços

De acordo com Baer (1985), a industrialização do Brasil iniciou-se na segunda metade do século XIX, no Rio de Janeiro, quando a então capital do Império do Brasil começou a receber importantes investimentos no setor industrial. Segundo Brasil (2022), os fatores que colaboraram para esse quadro foram a chegada da Família Real Portuguesa no Brasil e a abertura dos portos, ambas em 1808, e a revogação do alvará que proibia todas as atividades industriais na Colônia, em 1809. No entanto, foram a Tarifa Alves Branco, criada em 1844, que elevou as taxas de importação, e a Lei Eusébio de Queirós, de 1850, que proibiu o tráfico de escravizados, que permitiram ao Rio de Janeiro avanços contundentes no seu processo de industrialização. “Esses impulsionamentos em direção à industrialização, na cidade do Rio de Janeiro, se estenderam do período imperial até as primeiras décadas da República” (ibid., p. 15):

Até o final da década de 1880 o Rio de Janeiro já possuía a maior concentração operária e fabril do país [...] deveu-se a acumulação de capitais provenientes da empresa agrícola ou dos negócios do comércio exterior; a facilidade de financiamento dos grandes bancos, cuja sede estava localizada na capital do país; um mercado de consumo de proporções razoáveis, abrangendo não só a cidade como a região tributária, servida pela rede de ferrovias; uma grande concentração

de operários de baixa qualificação; e, ainda, o papel da energia a vapor, substituindo a água como força motriz. (Oliveira, 1992, p. 95)

De acordo com Albernaz e Diógenes (2022), as primeiras indústrias do Rio de Janeiro instalaram-se no centro por conta da facilidade no escoamento da produção, e nos arredores das áreas centrais, onde havia a presença de uma força motriz hidráulica. Devido a transformações nas fontes de energia, a alterações políticas e econômicas e ao aumento da população urbana na cidade, as fábricas passaram a fixar-se nos subúrbios da zona norte que, além de proporcionarem terrenos grandes e baratos, contavam com rede de energia elétrica e rede ferroviária, permitindo uma eficiente distribuição de produtos e acesso fácil à matéria-prima.

Ribeiro (2002) aponta que o pioneirismo e a liderança do Rio de Janeiro na industrialização duraram até as primeiras décadas do século XX, quando perdeu espaço para São Paulo, principalmente por conta dos lucros excedentes gerados pelos produtores paulistas na exportação de café. “Essa perda de posição, no ranking industrial, trouxe, também, para a cidade, em longo prazo, um novo perfil: o de cidade ‘Maravilhosa’ sem, contudo, deixar de ser uma cidade industrializada” (Brasil, 2022, p. 4). Cavalcanti e Fontes (2011) argumentam que, ao longo do tempo, ocorreu certo apagamento do passado industrial do Rio de Janeiro, “cuja memória é pouco visível ou valorizada no imaginário social relacionado à cidade” (ibid., p. 12). Em entrevista à Revista Museu, Fontes enfatiza esta ideia:

A construção da identidade oficial do Rio enfatiza seu papel como capital federal e suas belezas naturais. A industrialização da cidade estabeleceu intensas

conexões com a geografia urbana, o sistema de transporte, a formação de variados bairros e favelas, bem como com numerosos aspectos culturais cariocas, como o samba, por exemplo. Isso sem mencionar os impactos econômicos e políticos. As lutas sociais na cidade no século XX são incompreensíveis fora do contexto do mundo industrial. No entanto, parece que esse passado industrial é apagado de alguma forma da história e da memória do Rio de Janeiro. (Revista Museu, 2018, s.p.)

Para Azevedo (2010), foi a partir da segunda metade da década de 1970 que o Rio de Janeiro entrou em um processo de decadência econômica bastante acentuada, em especial no que tange ao setor industrial. Devido ao do processo de desconcentração industrial no Brasil, incentivado pelo governo federal e que expandiu a malha fabril para além da região Sudeste e das metrópoles para demais regiões e cidades menores, e ao processo mais geral de desindustrialização, intensificou-se o fechamento de diversas fábricas na cidade do Rio de Janeiro.

Rowthorn e Ramaswamy (1999) ao estudarem esse processo em países desenvolvidos, apresentam a desindustrialização como um processo de redução contínua e generalizada da participação do emprego da indústria de transformação no emprego total em determinada economia, consistindo em uma característica intrínseca ao desenvolvimento econômico. Na visão de Centeno (2019), Rowthorn e Ramaswamy (1999) afirmam que há uma correlação entre a desindustrialização e o desenvolvimento do setor terciário, na medida em que a maioria dos trabalhadores fabris é realocada no setor de serviços.

Entretanto, Silva e Lourenço (2014) sustentam que o caso brasileiro apresentou nuances diferentes, consistindo em uma

desindustrialização precoce, na qual “[...] a participação do emprego industrial perde relativamente espaço para outros setores de forma permanente, sobretudo de serviços, entretanto, o ponto de inflexão ocorre antes que a renda *per capita* alcance nível de país desenvolvido” (ibid., p. 71). Adicionalmente, Tregenna (2009) aponta que uma desindustrialização precoce também se caracteriza por sua ocorrência antes que o setor industrial do país tenha alcançado maturidade.

Trazendo uma perspectiva complementar, Brasil (2022) advoga que a desindustrialização, no Brasil, ocorreu em razão de sucessivas crises na economia provocadas pela abertura comercial e financeira, desregulamentação da economia, elevada inflação, concorrência com a China e a importação de ideais neoliberais a partir do governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Nesse sentido, Centeno (2019) aponta que os economistas novo-desenvolvimentistas defendem que o processo de desindustrialização se iniciou na economia brasileira nas décadas finais do século XX, por conta da “combinação perversa entre a abertura comercial e financeira, a valorização dos termos de troca (período de valorização das commodities) e a taxa de câmbio apreciada” (ibid., p. 84):

A abertura comercial proposta nos governos Collor e FHC não obteve êxito na tentativa de induzir o investimento em pesquisa e desenvolvimento nas empresas, aumentar a inserção no mercado internacional e produzir um choque positivo para a competitividade do setor industrial brasileiro. [...]. A abertura comercial, portanto, não seria considerada estritamente perversa em seu propósito, mas foi uma política equivocada, devido à rapidez em que ocorreu e devido ao ambiente macroeconômico de câmbio

real apreciado e taxa de juros real elevada desde a estabilização dos preços em meados dos anos 1990, acarretando na perda de competitividade da indústria nacional tanto no mercado externo, como no interno. (Ibid., p. 104)

O autor aponta, também, uma correlação entre a desindustrialização brasileira e o desenvolvimento do setor primário, com foco na produção de *commodities*. O processo de desindustrialização teria favorecido “setores já desenvolvidos e competitivos, principalmente aqueles que apresentavam vantagens comparativas naturais (*commodities*)” (ibid., p. 94), o que gerou o desaparecimento de setores industriais com vantagens competitivas, ainda que incipientes, e auxiliou no desenvolvimento de uma economia voltada para produtos menos sofisticados.

Apesar de o processo de desindustrialização ter ocorrido em todo o território brasileiro, segundo Sobral (2017), o estado do Rio de Janeiro foi um dos epicentros da desindustrialização nacional. Filho, Campos e Brandão (2018) apontam que nesse processo de desindustrialização e reprimarização da economia, a economia do estado do Rio de Janeiro perdeu espaço e importância no contexto econômico brasileiro: “[...] superado pelo epicentro do processo de acumulação – cada vez mais hipertrofiado em São Paulo – e pelos novos polos especializados na economia exportadora, como as regiões com riquezas minerais e importância agropecuária – praticamente irrelevantes no estado” (ibid., s.p.).

De acordo com Oliveira e Rodrigues (2009) e Abreu et al. (2019), como consequência do processo de desindustrialização na capital fluminense, a cidade se firmou como cidade de serviços e de indústrias criativas, ao passo

que outras cidades do estado ganharam *status* de cidade industrial a partir de novos esforços pela industrialização do estado, iniciados no final do século XX, como no caso de cidades da Baixada Fluminense – Nova Iguaçu e Duque de Caxias, por exemplo. “A cidade do Rio de Janeiro [...] remodelaria o seu peso na economia estadual reafirmando a sua função de provedora de serviços modernos, enquanto a Baixada Fluminense reforçaria sua herança com a consolidação das indústrias” (Oliveira e Rodrigues, 2009, p. 135).

Para Abreu et al. (2019), essa condição reflete a forma como a relação entre capital e Baixada Fluminense foi construída historicamente:

[...] áreas como a Baixada Fluminense receberam atividades consideradas “indesejáveis”, como a instalação de indústrias, matadouros e lixões com a crescente divisão social e funcional dos territórios citadinos. Dessa forma, enquanto as áreas mais abastadas da capital passaram a ser consideradas áreas de “comércio” e “serviços”, voltando-se, particularmente, ao turismo e aos negócios, o subúrbio e as cidades à periferia do Rio recebiam os “usos sujos” da cidade, criando uma nova setorização do espaço urbano. (Ibid., p. 3)

Essa relação do setor industrial com a construção imagética das cidades também se refletiu na capital fluminense, com a criação dos distritos industriais na década de 1970 que transformaram a zona oeste em um grande parque fabril, em detrimento da região central e da zona norte. Para Brasil (2022), a criação dos distritos industriais na zona oeste foi tanto uma forma de atenuar o processo de desindustrialização quanto um modo de gerar um esvaziamento populacional de baixa renda da área central e da zona sul da cidade, que receberam as maiores intervenções urbanas. “A cidade passou a ser

ordenada para ser não só bela, mas também eficiente, explorando novas áreas como a zona oeste e deixando o espaço urbano livre das indústrias, que passaram a ocupar as áreas periféricas” (ibid., p. 78): Essa perspectiva é reforçada por Damas (2008, p. 8), ao afirmar que:

Na década de 1960, aparentemente a concentração da população e das atividades produtivas na Zona Norte e na Área Central da cidade do Rio de Janeiro, então estado da Guanabara, inibia o crescimento industrial. Tal situação estava dando início a um processo de transferências de fábricas para outros estados e principalmente para áreas de municípios vizinhos do estado do Rio de Janeiro. Com o argumento de tentar interromper a desindustrialização do município foram criados pelo governo do antigo estado da Guanabara, cinco distritos industriais (Fazenda Botafogo, Palmares, Santa Cruz, Paciência e Campo Grande). Com exceção do distrito de Fazenda Botafogo, quatro localizam-se na Zona Oeste do Rio de Janeiro.

O fechamento e o deslocamento de indústrias como parte do processo de desindustrialização do Rio de Janeiro deixaram como herança diversas instalações industriais que ficaram abandonadas ou que passaram a ser utilizadas como núcleos residenciais, espaços de consumo ou espaços criativos. Incontestavelmente, o processo de desindustrialização, na capital fluminense, gerou impactos socioeconômicos de toda sorte, mais intensamente no tecido urbano e na vida das pessoas que residiam no entorno dos remanescentes industriais. Conforme Cavalcanti e Fontes (2011), a correlação entre desindustrialização e aumento da criminalidade, entre desigualdades sociais e degradação urbana – identificada por cientistas sociais em várias cidades dos Estados Unidos

e da Europa (Beynon, Hudson e Sadler, 1996; Cowie e Heathcott, 2003) – foi verificada no caso do Rio de Janeiro. Fontes (2006) aponta, também, para a abertura de espaço para o tráfego e para uma crescente marginalidade nos locais onde a industrialização era mais presente na cidade do Rio de Janeiro. Para ele, “a desconfiguração da identidade local como resultado da desativação das fábricas e o subsequente aumento do desemprego acentuaram a crescente violência que vivemos” (Revista Museu, 2018).

Refuncionalização e preservação do remanescente e do patrimônio industrial

Como sinalizado na Introdução, a partir da perspectiva de Santos (1985, 1998, 2002), refuncionalização é entendida como um processo ou um procedimento por meio do qual uma nova função e uma nova racionalidade, que respondem a novas necessidades socioeconômicas, são atribuídas a um objeto urbano. Trata-se, portanto, de um fenômeno de adaptação de objetos urbanos aos usos e consumos de determinado momento histórico. A refuncionalização de fábricas, galpões, armazéns portuários e estações ferroviárias acontece no contexto da passagem da economia industrial para a economia pós-industrial:

Na medida em que a economia se altera profundamente, assim como a sociedade correspondente, e na medida também em que os tipos de relações econômicas e de toda ordem mudam substancialmente, as cidades se tomam rapidamente outra coisa em relação ao que eram até então. (Santos, 1985, p. 34)

Para Santos (1985), a análise das transformações no espaço urbano pode ser realizada do ponto de vista das instâncias de produção ou das estruturas da sociedade. No entanto, o autor visualiza uma nova possibilidade de análise por meio de quatro categorias fundamentais para a compreensão da produção de espaço: estrutura, processo, função e forma. Essas categorias definem o espaço em relação à sociedade na medida em que “sempre que a sociedade (a totalidade social) sofre uma mudança, as formas ou objetos geográficos (tanto os novos como os velhos) assumem novas funções” (ibid., p. 36). Dessa maneira, além de evidenciar o impacto da totalidade social no espaço, defende a inter-relação entre as quatro categorias como nas conexões entre forma e função:

Se a forma é primariamente um resultado, ela é também um fator social. Uma vez criada e usada na execução da função que lhe foi designada, a forma frequentemente permanece aguardando o próximo movimento dinâmico da sociedade, quando terá toda a probabilidade de ser chamada a cumprir uma nova função. (Ibid., p. 41)

Assim, Santos (1985) apresenta o conceito de que o espaço e os objetos geográficos sofrem impactos das transformações sociais e econômicas, gerando alterações nas suas categorias de estrutura, processo, função e forma. Apesar de não apresentar uma definição consumada de refuncionalização nas suas obras, o autor aborda de maneira contundente este processo, principalmente por meio da análise da categoria de função, sobre a qual as transformações sociais atuam “exigindo novas funções e atribuindo diferentes valores às formas geográficas” (ibid., p. 43).

Sotratti (2015) associa a refuncionalização a uma estratégia crucial em um modelo de planejamento urbano estratégico, consistindo no “processo de transformação de funções de elementos arquitetônicos de um determinado processo histórico pretérito”. Seria, assim, uma consequência da reestruturação socioespacial de uma cidade, liderada por determinados grupos sociais, podendo abranger edifícios, bairros, cidades ou mesmo regiões. O autor entende que a refuncionalização estratégica está associada a funções como turismo, cultura, negócios, comércio e residências. No entanto, ainda que a potencialidade econômica deva ser considerada, alerta para que o primeiro passo para uma refuncionalização deva ser o estudo da importância simbólica e arquitetônica do patrimônio, garantindo a apreciação da história e o valor da memória. Para analisar se uma refuncionalização foi bem-sucedida, argumenta que se deve observar se os objetivos foram atingidos ou se ocorreram desvios, como, por exemplo, o reforço apenas ao apelo consumista e espetacularizante dos espaços. Ruivo (2018) também endossa a ideia de que, apesar da refuncionalização estar muito associada às vantagens econômicas que pode propiciar, este processo se destaca, principalmente, pelo seu potencial sustentável e pelo valor histórico e identitário garantido com a preservação da instalação, de forma a resgatar a memória da cidade.

No contexto contemporâneo, o fenômeno da refuncionalização se tornou mais evidente em espaços industriais e, em conformidade com Jesus (2019), consiste em uma resposta óbvia às demandas da cidade pós-industrial, considerando que muitos edifícios estão sem uso por fatores como a globalização ter tornado o mercado mais competitivo, levando ao

fechamento de indústrias e à transferência das instalações para locais com mão de obra e terrenos mais baratos, podendo essa transferência ocorrer para áreas/bairros de uma mesma cidade ou para outros países.

Considerando-se que uma bem-sucedida refuncionalização de uma instalação industrial ocorre quando seu valor histórico e simbólico é preservado, introduz-se, adicionalmente, a atenção à questão do patrimônio cultural – mais especificamente, do patrimônio industrial.

Smith (2006) advoga uma noção de patrimônio como processo cultural e social em transformação, que procura significado para o presente, e como ato de lembrança e de construção de memórias que moldam uma comunidade. Para a autora, o conceito de patrimônio não deve estar centrado na posse e preservação, mas na transmissão de conhecimento e memória, na medida em que o patrimônio não é apenas uma materialidade estática que pertence ao passado, mas, principalmente, um processo cultural em transformação.

No cenário brasileiro, de acordo com Brasil (2022), o patrimônio cultural surge como patrimônio histórico e artístico nacional, nos primórdios da República, associado às noções de identidade e nação. O movimento ganhou força na Era Vargas, com forte influência do movimento modernista, quando foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937. No final do século XX, consolidou-se no país uma noção mais abrangente de patrimônio, em convergência com as mudanças no cenário mundial. Essa mudança de paradigma fica clara na Constituição Federal Brasileira de 1988 que define o patrimônio cultural como o conjunto de bens de natureza material e imaterial, analisados individualmente ou em conjunto, que são

portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

Um dos tipos de patrimônio cultural é o patrimônio industrial que, de acordo com Brasil (2022), recebeu destaque mundialmente, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, por conta da destruição de diversos prédios industriais. No entanto, os estudos em torno do patrimônio industrial se consolidaram a partir de 1978, com a criação do Comitê Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial (TICCIH), que possui como grandes marcos a elaboração das cartas de Nizhny Tagil (TICCIH, 2003) e de Sevilha (TICCIH, 2018), que estabeleceram diretrizes sobre o tema, como em relação à definição e à abrangência do termo patrimônio industrial:

O patrimônio industrial compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infraestruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação. (TICCIH, 2003)

Entretanto, tal conceito foi revisto pela organização na Carta de Sevilha, quando sua abrangência foi ampliada, passando a englobar também patrimônios de origem imaterial como a memória do trabalho, que contempla hábitos, comemorações, costumes e ofícios dos trabalhadores fabris. Meneguello (2011) salienta a ideia de que o patrimônio industrial consiste em um campo vivo de pesquisa e atuação que

se refere a um conjunto de bens arquitetônicos ou sítios que guardam relação com as lógicas de produção e com a elucidação da transmissão do saber técnico. Além da proteção de acervos e da presença das edificações industriais no espaço urbano, o patrimônio industrial abrange também todo o universo da memória do trabalho e dos trabalhadores, suas práticas e seus modos de fazer, sua cultura material e visual, pois os vestígios industriais, materiais ou imateriais, permitem estabelecer o elo entre as formas de produzir e a cultura.

Nesse sentido, Brasil (2022) apresenta uma definição de patrimônio industrial levando em conta as atualizações e revisões da carta de Sevilha:

[...] remanescentes da cultura industrial e suas infraestruturas, identificados a partir de seus valores históricos, tecnológicos, sociais, arquitetônicos e/ou científicos, de natureza material e imaterial, reconhecidos pelos diversos atores envolvidos na dinâmica da produção e/ou serviços, ou por entidades governamentais e não governamentais, e que necessariamente tragam associados a esses remanescentes a memória do trabalho e do trabalhador dos mais variados gêneros e todas as manifestações a eles agregados na dinâmica das atividades laborais. (Ibid., p. 122)

Partindo dessas demarcações conceituais, entende-se, portanto, que nem todo remanescente industrial é um patrimônio industrial, pois “é necessário que se reconheçam nessas edificações inovações que tenham causado profundas mudanças na forma de produção e que geraram evoluções sociais, técnicas e econômicas” (ibid., p. 167). A partir das ideias de “vazios industriais” e de “ruínas industriais” e do conceito de “friches industrielles” apresentados por Mendonça (2001),³ assume-se,

aqui, remanescentes industriais como espaços industriais que foram produtivos em determinado período, mas que, no momento presente, não mais desempenham a atividade industrial para a qual foram originalmente construídos. Desse modo, antigas instalações industriais não mais utilizadas, desocupadas, abandonadas ou refuncionalizadas são categorizadas como remanescentes industriais – não apenas as fábricas, mas também as instalações portuárias (galpões e armazéns) e estações ferroviárias que se constituem como elementos fundamentais ao processo de produção industrial.

Mapeando os remanescentes industriais do Rio de Janeiro

Na segunda metade do século XX e no século XXI, acentuaram-se os processos de refuncionalização nos remanescentes industriais do Rio de Janeiro, conforme Cavalcanti e Fontes (2011), à medida que os debates em torno da conservação do patrimônio industrial foram se intensificando:

É visível uma crescente disputa pela memória de (e em) vários espaços e territórios urbanos que, somada às ações comunitárias, públicas, acadêmicas e iniciativas de refuncionalização originadas na iniciativa privada (como mostram os casos dos shopping centers construídos a partir das estruturas arquitetônicas das antigas fábricas Nova América e Bangu ou da tentativa da rede de supermercados Carrefour de ocupar a antiga fábrica da Souza Cruz na Tijuca, entre vários outros exemplos) têm resultado numa incipiente mas crescente percepção, também no caso carioca, da necessidade e das potencialidades da preservação do chamado patrimônio industrial. (Ibid., p. 13)

Fontes (2006) já sinalizou para o fato de que uma das maiores carências para a preservação do patrimônio industrial é a ausência de dados sistematizados e organizados que possam subsidiar pesquisas e ações que garantam a sobrevivência desse patrimônio. É nesse sentido que se apresentam, a seguir, algumas análises derivadas do trabalho de mapeamento das instalações industriais abandonadas ou refuncionalizadas na cidade do Rio de Janeiro. Tal mapeamento foi realizado por meio de levantamento de dados secundário, a partir de pesquisas bibliográfica e documental, chegando-se ao número de 56 remanescentes industriais presentes na paisagem urbana da capital fluminense. Cabe destacar que esse número se refere a remanescentes de grande e médio porte, mas sabe-se que há, espalhadas pela cidade, instalações de pequeno porte cujo levantamento só é possível ser feito por meio de um trabalho de campo para levantamento *in loco* de dados primários.⁴

A carência de uma base de dados unificada sobre os remanescentes industriais cariocas impeliu à utilização de variadas fontes de pesquisa. Inicialmente, foram levantados, por meio de pesquisa bibliográfica, os remanescentes que são categorizados como patrimônios industriais, tendo sido utilizados a tese de doutorado de Brasil (2022) e o Guia do Patrimônio Cultural Carioca (Fajardo, 2014), e também por meio de pesquisa documental nos sites dos órgãos de proteção do patrimônio cultural, em âmbito nacional (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan), estadual (Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – Inepac) e municipal (Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural – CMPC). Em um segundo momento, para mapear os remanescentes industriais não patrimonializados,

foram consultados jornais e revistas de grande circulação em âmbito nacional, com destaque para os jornais *O Globo* e *Folha de S.Paulo*, assim como portais de notícias locais do Rio de Janeiro, com destaque para *Diário do Rio* e *Veja Rio*. A partir das matérias publicadas nos veículos indicados, e a fim de complementar informações, foram localizados e acessados, por meio de *hiperlink*, outros *sites* citados nas matérias publicadas nos jornais, revistas e portais de notícias.⁵

A partir do levantamento de dados secundários desenvolvido por meio de fontes bibliográficas e documentais, foi construída uma planilha no *software* Excel com todas as informações coletadas. Os dados da pesquisa foram tratados no *software* a partir da construção de uma tabela de dados que contém colunas com as seguintes informações: nome atual do espaço; nome antigo do espaço (nome da fábrica); endereço completo; setor industrial; ano de abertura da fábrica; ano de fechamento da fábrica; ano de refuncionalização; proprietário atual; função atual das instalações; patrimônio industrial (Sim/Não); estado de conservação; fontes (com *links* para pastas individuais com informações complementares e imagens de cada um dos 56 remanescentes industriais). Posteriormente, as informações foram georreferenciadas e mapas temáticos foram gerados por meio do *software* QGIS.⁶

Em relação à localização dos remanescentes industriais do Rio, é possível identificar a predominância de bairros pertencentes à região central da cidade: Centro, Saúde, Santo Cristo e São Cristóvão. Como apontado por Albernaz e Diógenes (2022), a industrialização carioca foi iniciada no centro da cidade e nos seus arredores, funcionando como o grande polo industrial do Brasil por longos anos. No

entanto, a partir da década de 1920, o setor industrial carioca se deslocou para os subúrbios da zona norte, por conta de vantagens competitivas oferecidas às indústrias em seus terrenos e pelo incentivo do Plano Agache, plano de remodelação urbana da cidade do Rio de Janeiro que tinha como objetivo esvaziar a concentração do centro da cidade. Em seguida, em termos quantitativos, aparece a zona norte do Rio como a segunda região da cidade com maior concentração de remanescentes industriais. Há participação pouco expressiva da zona sul e da zona oeste. No caso da zona sul, a construção histórica desta região sempre esteve muito associada a ambientes elitizados, com ênfase em espaços residenciais e de lazer, tanto que a expansão dessa região ocorreu no mesmo momento em que o perfil de Cidade Maravilhosa era consolidado, em detrimento da valorização do caráter industrial da cidade. No que tange à zona oeste, a industrialização desta região se deu fomentada somente a partir da década de 1970, a partir da criação de distritos industriais (Damas, 2008); conseqüentemente, a existência de remanescentes nesta região é baixa, ao passo que é expressivo o número de instalações industriais em funcionamento, consistindo no maior polo industrial da capital fluminense atualmente.

Em relação ao setor industrial dos remanescentes, é possível identificar a predominância de setores de apoio à produção industrial, como infraestrutura, armazenamento, transporte e energia. Já os setores de bens de produção com maior representação são: alimentício, têxtil e metalúrgico.

A análise sobre os proprietários atuais identificou certo equilíbrio entre bens privados (42,9% dos remanescentes são privados, aí incluído o Terceiro Setor) e bens públicos (46,5%

são públicos).⁷ Destes, a maioria é de propriedade municipal e federal, tendo o estado do Rio de Janeiro pouca expressão no número de propriedade ou posse de remanescentes industriais.

Com relação às novas funções adquiridas pelos remanescentes industriais refuncionalizados, existe forte predominância de essas instalações fabris se tornarem espaços com função cultural (museus, centros culturais, casas de shows e espaços culturais multifunção), consistindo em mais da metade dos casos mapeados na cidade. São exemplos: o Centro Cultural Fundação Progresso, casa de espetáculos e espaço de arte, educação e projetos sociais, o primeiro caso de refuncionalização no Rio, está localizado na Lapa, no centro da cidade; a Fábrica Bhering, antiga fábrica de chocolates localizada no bairro Santo Cristo, na zona portuária, hoje ocupada por artistas, artesãos, *designers* e outros profissionais das indústrias criativas; o Píer Mauá, um complexo de 17 armazéns que servem como espaço para realização de eventos culturais, musicais, corporativos e gastronômicos na zona portuária do Rio.

Em seguida, destacam-se os espaços de consumo: *shopping centers* e supermercados, predominantemente. Os emblemáticos e já bastante estudados *Shopping Nova América*, localizado em Del Castilho, no espaço da antiga Companhia de Tecidos Nova América, e *Bangu Shopping*, que ocupa o antigo espaço da Fábrica Bangu, importante indústria têxtil da cidade e do País – este foi o *shopping* que mais preservou as características arquitetônicas fabris originais.

Uma questão que vale ser destacada refere-se à memória desses remanescentes. São poucos aqueles que, após sua refuncionalização, mostram seu passado industrial de maneira destacada, visível e acessível ao público. Os exemplos de espaços culturais e de

consumo citados anteriormente – em especial o Centro Cultural Fundação Progresso, a Fábrica Bhering, o *Shopping Nova América* e o Bangu *Shopping* – são exceções em relação aos demais remanescentes refuncionalizados na cidade do Rio de Janeiro. Ainda assim, são iniciativas tímidas; algumas delas demonstram pouca preocupação com aspectos estéticos e/ou de conteúdo de informação, que não recebem o destaque que poderiam receber e, em geral, passam despercebidos pelos visitantes desses espaços. No caso da Fundação Progresso (Figura 1), no térreo, existe apenas uma pequena mesa com uma síntese da história do lugar (Figura 2) que inclui o período em que o prédio abrigava uma fábrica de fogões e cofres. No segundo pavimento, podem ser vistos alguns totens com fotos dos antigos equipamentos da fábrica

(Figura 3). A Fábrica Bhering mantém um “Museu do Chocolate”, um pequeno espaço, um tanto escondido, onde podem ser vistas antigas máquinas, com alguma explicação sobre as etapas de fabricação do chocolate (Figuras 4 e 5). O Museu sequer consta do fôlder que apresenta a lista dos ateliês, lojas, cafés, bistrôs e equipamentos coletivos (banheiros, escadas e elevador), disponibilizado aos visitantes na portaria (Figuras 6 e 7). Em relação aos *shopping centers*, na entrada do Nova América, próximo da chaminé localizada em uma das entradas do *shopping*, existe uma placa com uma breve história da fábrica (Figuras 8 e 9). Já o Bangu tem iniciativas mais interessantes, que pretendem reunir acervo e histórias da antiga tecelagem com um centro de memória e algumas postagens no Facebook (Figuras 10, 11 e 12).

Figura 1 – Fachada atual da Fundação Progresso



Foto: Thiago Vargas, em 2024.

Figura 2 – Mesa com texto informativo sobre a fábrica de fogões e cofres

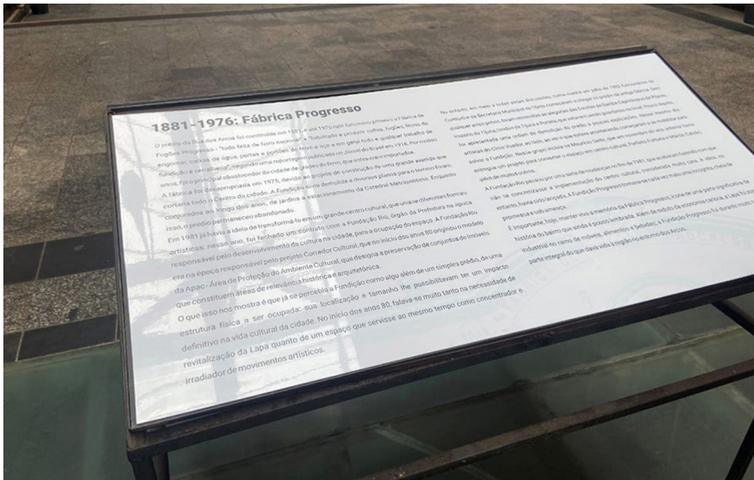


Foto: Thiago Vargas, em 2024.

Figura 3 – Totem com fotos dos antigos equipamentos da fábrica



Foto: Thiago Vargas, em 2024.

Figuras 4 e 5 – “Museu do Chocolate” da Fábrica Bhering



Foto: Thiago Vargas, em 2024.

Figuras 6 e 7 – Fábrica Bhering: entrada e fôlder



Foto: Thiago Vargas, em 2024.

Figuras 8 e 9 – Shopping Nova América: placa e chaminé



Foto: Thiago Vargas, em 2024.

Figura 10 – Entrada do Espaço Memórias Fábrica Bangu



Foto: Mariana Cardoso, em 2024.

Figuras 11 e 12 – Facebook do Bangu Shopping: postagens do Facebook



Fonte: Bangu Shopping, em 2020.

Em relação aos processos de refuncionalização que se encontram atualmente em desenvolvimento na cidade do Rio de Janeiro, é possível perceber a longa duração, a complexidade burocrática e a atuação e a disputa de diferentes atores sociais envolvidas nesses processos. Isso fica evidente, por exemplo, no caso da antiga Fábrica de Cartuchos de Realengo, um enorme complexo industrial que já teve alguns de seus espaços refuncionalizados – por exemplo, o Campus Realengo do Colégio Pedro II, que ocupa um dos prédios principais da antiga fábrica. Atualmente, outra área do complexo que ainda possui vários prédios fabris em ruínas, está em processo de refuncionalização e, até o final de 2024, deverá ser inaugurado o Parque de Realengo Jornalista Susana Naspolini. No entanto, as reivindicações da sociedade civil para que o espaço ganhasse uma nova função começaram há décadas, em 2004. Nesse processo, segundo Candida (2017), o espaço foi alvo de uma disputa de forças, na medida em que o Exército Brasileiro desejava transformar o local em um espaço habitacional exclusivo para seus integrantes, enquanto o movimento popular “O Realengo que Queremos” reivindicava a implantação de um parque ecológico. Somente em 2021, a prefeitura do Rio de Janeiro deu início às obras para a construção do parque.

Outro caso que envolve a atuação de diferentes atores sociais é o antigo espaço da fábrica de instrumentos musicais A Guitarra de Prata, que funcionou de 1887 a 2014 na rua da Carioca. A tradicional loja foi despejada pelo Opportunity Fundo de Investimento Imobiliário. No entanto, os prédios da rua da Carioca foram tombados e desapropriados pelo Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH), em junho de 2013, criando o Sítio Cultural da Rua da Carioca (Bastos, 2014). Entretanto, em

março de 2022, o espaço foi ocupado por um coletivo feminista para acolher mulheres em situação de vulnerabilidade, alegando que o imóvel estava sem utilização há mais de oito anos e sem cumprir sua função social (Pitasse, 2022). Atualmente, apesar de pertencer à prefeitura do Rio, a instalação continua sendo ocupada pela Casa Almerinda Gama, coordenada pelo Movimento Olga Benário. O poder público, no entanto, tenta desocupar o espaço por meio de ação judicial (Casa Almerinda Gama, 2022).

A Estação Ferroviária Leopoldina – oficialmente Estação Barão de Mauá – é outro caso emblemático de processos de refuncionalização que se arrastam por anos. Localizada na avenida Francisco Bicalho, na zona norte, a antiga estação funcionou, até 2001, em um prédio histórico tombado pelo Iphan. Após duas décadas em completo estado de abandono e com risco de incêndio e desabamento, em 2023, o governo federal assumiu a administração da instalação que, anteriormente, era de responsabilidade da concessionária privada SuperVia (Schmidt, 2023), prometendo a restauração da estação. No entanto, em fevereiro de 2024, a administração foi repassada da União para o município, que planeja construir, ali, um conjunto habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida, um centro de convenções e uma nova Cidade do Samba.

Há outros casos mais complexos e aparentemente indefinidos como o Moinho Fluminense, a primeira fábrica de moagem de trigo do Brasil. Após o deslocamento da fábrica da empresa para o município de Duque de Caxias, em 2016, o espaço no bairro da Saúde, região central da cidade, passou por diversas tentativas de refuncionalização (Lucena, 2017), até que foi comprado em 2019 pela Autonomy Investimentos & Affiliates (Agenda Bafafá, 2020).

A empresa chegou a divulgar que o Moinho Fluminense seria um espaço multiuso com sete andares, contendo *shopping center*, hotel, escritórios, bares, restaurantes, espaços para exposições de artes e para eventos. A conclusão da primeira fase da refuncionalização está/ estava prevista para 2025 (Vieira, Lima e Luz, 2022). No entanto, até o momento, nenhuma obra foi iniciada; o complexo fabril permanece fechado e alguns de seus prédios encontram-se em estado de deterioração.

Existem casos em que o abandono é ainda mais evidente, como o da antiga fábrica da extinta Companhia Estadual de Gás (CEG), localizada na avenida Presidente Vargas, centro do Rio, que, apesar de tombada por sua importância arquitetônica, histórica e cultural, encontra-se abandonada há anos e hoje tem sua fachada repleta de pichações. Já o complexo industrial da GE, situado no bairro Maria da Graça, no subúrbio ferroviário da zona norte, encontra-se sem utilização desde 2008, quando a fábrica foi fechada e vendida para Efficient Lighting Products (ELP) – empresa que, posteriormente à compra, entrou em processo de falência. Desde então, a instalação se encontra fechada e em ruínas, tendo sido a ELP processada pela prefeitura do Rio, considerando que o espaço enfrentava sérios problemas ambientais, pois estava cercado de material tóxico (Brito, 2018). Até setembro de 2023, a instalação estava sob o controle de um administrador nomeado pelo Juízo de Falências da ELP, quando, então, o estado do Rio de Janeiro ganhou na justiça uma liminar pela posse do terreno. A ideia é implementar projetos sociais no local, com o objetivo de geração de emprego e renda na região, além de um mercado produtor, um novo Batalhão da Polícia Militar, um ambulatório médico de especialidades, um parque urbano, uma vila

olímpica e um centro comercial (Lopes, 2023). No entanto, o processo de refuncionalização ainda não foi iniciado, assim como a transferência de posse do terreno, indicando que ainda há um longo caminho pela frente para que o espaço ganhe uma nova função.

Ao longo da pesquisa, identificou-se que, no caso de construção de núcleos residenciais, as instalações industriais foram destruídas por completo, restando, em alguns casos, apenas a chaminé da antiga fábrica, como no Condomínio Solaris da Torre (popularmente conhecido como Tijolino), que ocupa o antigo espaço da Fábrica Têxtil Cruzeiro e América Fabril, no bairro do Andaraí, zona norte da cidade. A preservação de chaminés é bastante comum, uma vez que são consideradas objetos simbólicos que remetem à indústria.

A análise da função atual dos remanescentes industriais do Rio de Janeiro revelou que 25% estão atualmente “sem função”, indicando, de um lado, o abandono dessas instalações e, de outro lado, o potencial de refuncionalização, as oportunidades de pensar caminhos para a ocupação e a criação de novos usos para esses remanescentes.

Consideração finais

Conforme Baer (1985), a cidade do Rio de Janeiro teve lugar central nos primórdios da industrialização no Brasil, com destaque para a região central e a zona norte atuando como polos industriais, recebendo uma grande quantidade de instalações fabris. No entanto, como sinaliza Ribeiro (2002), a liderança do Rio de Janeiro na industrialização brasileira durou até as primeiras décadas do século XX, quando foi

ultrapassada por São Paulo. A partir daquele momento, a cidade passou a ganhar um novo perfil, o de cidade de serviços, e um novo imaginário, o de “cidade maravilhosa”, levando ao apagamento do passado industrial da capital fluminense, de acordo com Cavalcanti e Fontes (2011) e a Revista Museu (2018).

Esse cenário foi agravado com o processo de desindustrialização pelo qual passou o Brasil na década de 1970, tendo sido o estado do Rio de Janeiro um dos epicentros da desindustrialização nacional (Sobral, 2017). Como consequência, a capital fluminense se firmou como cidade de serviços e indústrias criativas, reafirmando sua função de provedora de serviços modernos, voltada, particularmente, para o turismo e os negócios. A atual identidade do Rio, além de reforçar sua memória como capital federal, acentua suas belezas naturais.

Nas últimas décadas do século XX, consolidaram-se os debates mundiais e nacionais sobre patrimônio industrial e acentuaram-se os processos de refuncionalização nestes espaços. A refuncionalização de remanescentes industriais tem sido apontada como uma relevante opção para a preservação das instalações físicas e da memória fabril, além de propiciar a revalorização de certas áreas das cidades, impulsionando, inclusive, o turismo em certas regiões.

Os resultados da pesquisa apresentada neste artigo revelam que a maioria dos remanescentes refuncionalizados hoje possui funções ligadas às indústrias criativas, e um quarto dos remanescentes encontram-se atualmente abandonados e sem função. Conclui-se que: (1) no caso dos remanescentes já refuncionalizados, cabe trabalhar, de forma qualificada, o resgate e o registro da memória do período fabril desses espaços – a academia e os órgãos

de preservação do patrimônio podem atuar nesse sentido; (2) no que se refere às fábricas, armazéns portuários e estações ferroviárias desativadas, apesar de certo descaso e abandono dessas instalações, existem oportunidades para pensar caminhos para a criação de novos usos para esses remanescentes. No que diz respeito à economia criativa e ao território, discute-se a relação simbiótica entre esses dois temas, manifestada pela capacidade das atividades econômicas criativas e dos seus arranjos e interações socioculturais se constituírem em um dos motores do desenvolvimento dos territórios, ao mesmo tempo que as especificidades territoriais se tornam elementos determinantes para a realização dessas atividades, desses arranjos e dessas interações. No entanto, é urgente refletir e propor refuncionalizações que considerem, além do valor arquitetônico das instalações fabris, as questões históricas, as relações sociais e os aspectos culturais que envolvem o remanescente industrial da cidade.

Por fim, cabe reiterar que, tendo sido realizada por meio de levantamento bibliográfico e de levantamento documental, a pesquisa teve o intuito de identificar os remanescentes de grande porte da cidade, mas é reconhecida a existência de remanescentes de pequeno porte (fábrica e galpões de menor dimensão) que também fazem parte da paisagem urbana do Rio de Janeiro, mas que somente poderão ser identificados via levantamento de dados primários feito por meio de um trabalho de campo minucioso. As próximas etapas da pesquisa incluem a criação de um *site* provisoriamente nomeado de Remanescentes Industriais do Rio de Janeiro, que estará disponível para o público, e a editoração de material com identificação das indústrias abandonadas com potencial de refuncionalização e com recomendações para

processos de refuncionalização participativos, com participação e envolvimento de organizações da sociedade civil, além de órgãos do poder público e de setores do mercado. Espera-se

que, no futuro, novas pesquisas possam ampliar o recorte geográfico da capital, mapeando o remanescente industrial de outras cidades e municípios do estado do Rio de Janeiro.

<https://orcid.org/0000-0001-7879-1218>

Escola Superior de Propaganda e Marketing, Programa de Pós-Graduação em Economia Criativa, Estratégia e Inovação. Rio de Janeiro, RJ/Brasil.
sborges@espm.br

Nota de agradecimento

Este artigo é parte dos resultados de projeto de pesquisa financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio do Edital Pró-Humanidades, Chamada n. 40/2022.

Colaboradores do artigo: Thiago Mendonça Vargas e Mariana Rodrigues de Sousa Cardoso, bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, estudantes de graduação em Comunicação e Publicidade da Escola Superior de Propaganda e Marketing Rio.

Notas

- (1) A respeito do Projeto Porto Maravilha, iniciado em 2009, cujo objetivo é a revitalização da zona portuária do Rio de Janeiro, ver Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ (2009).
- (2) De acordo com a United Nations Conference on Trade and Development – Unctad (2010), as indústrias criativas são aquelas que têm origem na criatividade, na habilidade e no talento individual, e envolvem ciclos de criação, produção e distribuição de bens e serviços que usam criatividade e capital intelectual como insumos primários.
- (3) Cabe enfatizar que, em seu artigo, Mendonça (2001) não menciona o termo “remanescentes industriais”. A referência ao trabalho daquele autor para pensar o conceito de remanescentes industriais é, portanto, uma conjectura desta autora.
- (4) Tendo em vista tamanho de equipe, orçamento e tempo disponíveis, esse levantamento não foi previsto no projeto de pesquisa que deu origem a este artigo.

- (5) Apesar desse esforço de levantamento bibliográfico e documental, algumas informações sobre determinadas fábricas não foram encontradas, mostrando que existe, de fato, uma grande lacuna de informações e poucos registros no que tange ao tema do patrimônio industrial carioca, reforçando a questão do apagamento do passado industrial da cidade, como indica o historiador Paulo Fontes (Revista Museu, 2018).
- (6) Em alguns meses o material completo (informações e imagens) da pesquisa será disponibilizado em site de acesso público.
- (7) O proprietário atual de uma das instalações analisadas, a Cia. Hanseática (Brahma) localizada na Tijuca, foi classificado como municipal e privado ao mesmo tempo, na medida em que o antigo espaço fabril foi transformado em dois locais, com novas funções: o Centro Coreográfico da prefeitura e a Galeria Comercial. Este caso reflete uma tendência no processo de refuncionalização de alguns remanescentes, que consiste no desmembramento da instalação industrial. Outros exemplos evidenciam este caso, em que, apesar de o tipo de proprietário atual ser o mesmo, os espaços adquiriram funções diferentes, como nos casos do Matadouro Industrial de Santa Cruz – que atualmente abriga o Palacete Princesa Isabel e o Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro de Santa Cruz – e da Fundação Manoel Lino Costa – que ocupava os números 152 e 154 da Rua Sacadura Cabral. Atualmente, apenas o edifício de número 154 possui função, consistindo em um espaço para realização de eventos denominado Sacadura 154, criado em 2014.

Referências

- ABREU, A. et al. (2019). A face metropolitana das cidades: Nova Iguaçu e Duque de Caxias. ARQUISUR. *Anais*. Belo Horizonte. Disponível em: <https://proceedings.science/arquisur-2019/trabalhos/a-face-metropolitana-das-cidades-nova-iguacu-e-duque-de-caxias?lang=pt-br#>. Acesso em: 21 set 2023.
- AGENDA BAFAFÁ (2020). *Grupo de investimento paulista compra Moinho Fluminense e projeta shopping, escritórios e hotel*. Rio de Janeiro, Agenda Bafafá. Disponível em: <https://bafafa.com.br/mais-coisas/jornal-bafafa/grupo-de-investimento-paulista-compra-moinho-fluminense-e-projeta-shopping-escritorios-e-hotel>. Acesso em: 23 set 2023.
- ALBERNAZ, M.; DIÓGENES, M. (2022). Impactos do planejamento urbano na localização das indústrias nas cidades: um estudo sobre o zoneamento industrial nos subúrbios da metrópole do Rio de Janeiro. Espaços urbanos e metropolização no Brasil (1940-1970). *Acervo – Revista do Arquivo Nacional*, v. 36, n. 1, pp. 1-23. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1877>. Acesso em: 2 set 2023.
- ANDRES, L. (2011). Alternative initiatives, cultural intermediaries and urban regenerations: the case of La Friche (Marseille). *European Planning Studies*. Londres, v. 19, n. 5, pp. 795-811.
- AZEVEDO, M. (2010). A história industrial do Rio de Janeiro. *Jornal GGN*. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://jornalgggn.com.br/historia/a-historia-industrial-do-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 2 set 2023.
- BAER, W. (1985). *A industrialização e o desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro, FGV.
- BASTOS, I. (2014). Loja centenária de instrumentos musicais é despejada no RJ. *Jornal GGN*. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://jornalgggn.com.br/economia/loja-centenaria-de-instrumentos-musicais-e-despejada-no-rj/amp/>. Acesso em: 23 set 2023.
- BEYNON, H.; HUDSON, R.; SADLER, D. (1996). *A place called Tesside: a locality in a global economy*. Edinburgh, Edinburgh University Press.

- BRASIL, Z. (2022). *Patrimônio Industrial na Cidade do Rio de Janeiro e a preservação dos espaços correlatos*. Rio de Janeiro, Unirio.
- BRITO, L. (2018). Terreno de antiga fábrica da GE está abandonado e empresa será processada pela Prefeitura. *Eu, Rio!* Rio de Janeiro. Disponível em: <https://eurio.com.br/noticia/2774/terreno-de-antiga-fabrica-da-ge-esta-abandonado-e-empresa-sera-processada-pela-prefeitura.html>. Acesso em: 23 set 2023.
- CANDIDA, S. (2017). Fábricas desativadas na cidade voltam ao foco da prefeitura. *O Globo*. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/fabricas-desativadas-na-cidade-voltam-ao-foco-da-prefeitura-21148461>. Acesso em: 23 set 2023.
- CASA ALMERINDA GAMA (2022). *Resiste Almerinda!*. Brasil, 12 nov. Instagram: @casaalmerindagama. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Ck4RonIJWBe/>. Acesso em: 23 dez 2023.
- CAVALCANTI, M.; FONTES, P. (2011). Ruínas industriais e memória em uma "favela fabril" carioca. *História Oral*, v. 14, n. 1, pp. 11-35. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/221>. Acesso em: 20 set 2023.
- CDRJ – Companhia Docas do Rio de Janeiro (2009). PDZ – Plano de desenvolvimento e zoneamento do Porto do Rio de Janeiro: plano de adequação. Tostes & Medeiros. Disponível em: <https://www.ccparrio/projeto/porto-maravilha/>. Acesso em: 18 jul 2024.
- CENTENO, V. (2019). Desindustrialização brasileira: uma análise à luz do controverso debate. *Cadernos do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, pp. 83-108.
- COWIE, J.; HEATHCOTT, J. (org.) (2003). *Beyond the ruins: the meanings of deindustrialization*. Ithaca, Cornell University Press.
- DAMAS, E. (2008). *Distritos industriais da cidade do Rio de Janeiro: gênese e desenvolvimento no bojo do espaço industrial carioca*. Dissertação de mestrado. Niterói, Universidade Federal Fluminense. Disponível em: <https://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-103553/distritos-industriais-da-cidade-do-rio-de-janeiro--genese-e-desenvolvimento-no-bojo-do-espaco-industrial-carioca>. Acesso em: 10 dez 2023.
- FAJARDO, W. (org.) (2014). *Guia do Patrimônio Cultural Carioca: bens tombados 2014*. 5 ed. Rio de Janeiro, Prefeitura do Rio de Janeiro.
- FEATHERSTONE, M. (1995). *Cultura de consumo e pós-modernismo*. São Paulo, Studio Nobel.
- FILHO, A.; CAMPOS, P.; BRANDÃO, R. (2018). Industrialização fluminense nos séculos XIX e XX: novas pesquisas e novos saberes. *Espaço e Economia*, v. 12. Disponível em: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/3455>. Acesso em: 23 set 2023.
- FONTES, P. (2006). Mapeando o patrimônio industrial em São Paulo. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 4, pp. 1-4.
- GABRIEL, L. et al. (2013). Formação de espaços criativos: o caso da LX Factory em Lisboa. In: CONGRESSO DA GEOGRAFIA PORTUGUESA. Évora. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/277708936>. Acesso em: 8 set 2023.
- HARVEY, D. (2001). *Condição pós-moderna*. São Paulo, Edições Loyola.
- _____. (2014). *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo, Martins Fontes.
- JESUS, J. T. (2019). *Uma visão crítica sobre a refuncionalização de edifícios de carácter industrial*. Lisboa, ISCTE-IUL.
- LEITE, R. P. (2006). "Margens do dissenso: espaço, poder e enobrecimento urbano". In: FRÚGOLI JR., H.; ANDRADE, L. T.; PEIXOTO, F. A. (org.). *As cidades e seus agentes: práticas e representações*. Belo Horizonte/São Paulo, PUC Minas/Edusp.

- LOPES, G. (2023). Estado do RJ ganha na justiça a posse de terreno da antiga fábrica da General Electric no Jacarezinho. *Diário do Rio*. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://diariodorio.com/estado-do-rj-ganha-na-justica-a-posse-de-terreno-da-antiga-fabrica-da-general-electric-no-jacarezinho/>. Acesso em: 23 set 2023.
- LUCENA, F. (2017). História da fábrica Moinho Fluminense. *Diário do Rio*. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://diariodorio.com/historia-da-fabrica-moinho-fluminense/>. Acesso em: 21 set 2023.
- MENDONÇA, A. M. (2001). Vazios e ruínas industriais: ensaio sobre friches urbanas. *Arquitextos*. São Paulo, v. 2. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/02.014/869>. Acesso em: 18 set 2023.
- MENEGUELLO, C. (2011). Patrimônio industrial como tema de pesquisa. In: I SEMINÁRIO INTERNACIONAL HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE. *Anais*. Florianópolis, Udesc; ANPUH-SC; PPGH. Disponível em: <https://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/stpi/paper/viewFile/313/234>. Acesso em: 2 set 2023.
- _____. (org.) (2021). *Arte e patrimônio industrial*. São Paulo, Cultura Acadêmica. Série TICCIH-Brasil Novas perspectivas. v. 3.
- OLIVEIRA, A.; RODRIGUES, A. (2009). Industrialização na periferia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro: novos paradigmas para velhos problemas. *Semestre Econômico*. Medellín, v. 12, n. 24, pp. 127-143.
- OLIVEIRA, L. I. P. M. (2015). Culture as an engine in Palo Alto's urban renegeations process. *On The Waterfront*, v. 37, pp. 7-45.
- OLIVEIRA, M. (1992). "A questão da industrialização no Rio de Janeiro: algumas reflexões". In: RIBEIRO, W. (org.). *Geografia, território e tecnologia*. São Paulo, AGB, pp. 91-102. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/issue/view/13/9>. Acesso em: 2 set 2023.
- PACHECO, S. (2020). "A fábrica e a cidade: uma relação simbiótica entre a Robinson e Portalegre". In: CARDOSO DE MATOS, A. et al. (org.). *Patrimônio Industrial Ibero-americano: recentes abordagens*. Évora, Publicações do Cidehus. Disponível em: <http://books.openedition.org/cidehus/12832>. Acesso em: 10 set 2022.
- PITASSE, M. (2022). Ocupação é inaugurada no Rio para ajudar mulheres em situação de vulnerabilidade. *Brasil de Fato*. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.brasildetatorj.com.br/2022/03/08/ocupacao-e-inaugurada-no-rio-para-organizar-mulheres-em-situacao-de-vulnerabilidade>. Acesso em: 23 set 2023.
- REVISTA MUSEU (2018). Um passado ainda presente: historiador desenvolve DVD sobre a industrialização do Rio de Janeiro. *Revista Museu. Notícias*, 19 mar. Disponível em: <https://www.revistamuseu.com.br/site/br/noticias/nacionais/4330-09-03-2018-um-passado-ainda-presente-historiador-desenvolve-dvd-sobre-a-industrializacao-do-rio-de-janeiro.html>. Acesso em: 15 set 2022.
- RIBEIRO, M. A. (2002). "O mercado de trabalho na cidade de São Paulo". In: SILVA, S. S.; SZMRECSÁNYI, T. (org.). *História econômica da Primeira República*. 2 ed. rev. São Paulo, Edusp, pp. 341-368.
- ROWTHORN, R.; RAMASWAMY, R. (1999). Growth, trade and de-industrialization. *IMF Staff Papers*, v. 46, n. 1.
- RUIVO, E. (2018). *Refuncionalização de edifícios de arquitetura industrial, de armazenamento e comercial*. Lisboa, ISCTE-IUL.
- SANTOS, M. (1985). *Espaço e método*. São Paulo, Editora Nobel.
- _____. (1998). *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo, Hucitec.
- _____. (2002). *A natureza do espaço: técnica, tempo, razão e emoção*. São Paulo, Edusp.

- SCHMIDT, S. (2023). Novos rumos para a Leopoldina. *O Globo*. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2023/09/04/novos-rumos-para-a-leopoldina-o-globo-visitou-o-predio-e-revela-reliquias-no-interior-da-velha-estacao-veja-as-fotos.ghtml>. Acesso em: 23 set 2023.
- SILVA, J.; LOURENÇO, A. L. (2014). Revisitando o conceito de desindustrialização. *Revista Oikos*. Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, pp. 57-73.
- SMITH, L. (2006). *Uses of Heritage*. Nova York, Routledge.
- SOBRAL, B. L. B. (2017). “A evidência da estrutura produtiva oca: o estado do Rio de Janeiro como um dos epicentros da desindustrialização nacional”. In: MONTEIRO NETO, A.; CASTRO, C. N.; BRANDÃO, C. A. (org.). *Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas*. Rio de Janeiro, Ipea, pp. 397-426.
- SOTRATTI, M. A. (2015). “Revitalização”. In: REZENDE, M. B. et al. (org.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. Rio de Janeiro/Brasília, IPHAN/DAF/Copedoc. (verbete). ISBN 978-85-7334-279-6. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/58/revitalizacao>. Acesso em: 22 nov 2023.
- TICCIH (2003). Carta de Nizhny Tagil. Comitê Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial. Disponível em: <https://ticcihbrasil.org.br/cartas/carta-de-nizhny-tagil-sobre-o-patrimonio-industrial/>. Acesso em: 2 set 2023.
- _____ (2018). Carta de Sevilha de Patrimônio Industrial 2018: los retos del siglo XXI. In: SEMINARIO DE PAISAJES INDUSTRIALES DE ANDALUCÍA PENSANDO EL PATRIMONIO INDUSTRIAL: LOS RETOS DEL SIGLO XXI. Espanha, Centro de Estudios Andaluces. Disponível em: https://www.centrodeestudiosandaluces.es/noticias/descargar/1888/documento/3563/FI00119_PaisajesIndustriales_ok_04022019.pdf. Acesso em: 2 set 2023.
- TREGENNA, F. (2009). Characterizing deindustrialization: an analysis of changes in manufacturing employment and output internationally. *Cambridge Journal of Economics*, v. 33, n. 3.
- UNCTAD – UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (2010). *Creative economy: a feasible development option*. Geneva, Unctad.
- VIEIRA, D.; LIMA, D.; LUZ, J. (2022). Moinho Fluminense vai virar espaço multiuso no Porto Maravilha. *G1*. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/08/02/moinho-fluminense-vai-virar-espaco-multiuso-no-porto-maravilha.ghtml>. Acesso em: 23 set 2023.

Texto recebido em 30/mar/2024
Texto aprovado em 21/maio/2024

